

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.600.699 - DF (2019/0305756-3)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : ANA LUISA FERNANDES PEREIRA DE OLIVEIRA - DF026088  
FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184  
BRUNO DI MARINO - DF032124  
MARIA CLARA COELHO DO NASCIMENTO - DF044474  
**AGRAVADO** : ANTÔNIO CARLOS FILHO  
**ADVOGADO** : LINO DE CARVALHO CAVALCANTE - DF018841

### EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE COBRANÇA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO.

### DECISÃO

Trata-se na origem de agravo de instrumento da OI S.A. (OI), contra decisão que, em cumprimento de sentença de subscrição de ações de telefonia convertida em perdas e danos, proposta por ANTÔNIO CARLOS FILHO (ANTÔNIO), homologou os cálculos apresentados pelo perito judicial.

O TJDFT negou-lhe provimento em acórdão assim ementado:

*LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. TELEFONIA. CONVERSÃO EM PERDAS E DANOS. A liquidação e o cumprimento de sentença devem guardar estrita fidelidade à coisa julgada. Assim, os cálculos, fidedignos à sentença, não comportam modificação (e-STJ, fl.1.335).*

Os embargos de declaração foram opostos pela OI e rejeitados (e-STJ, fls. 1.461/1.469).

Inconformada, OI interpôs recurso especial com base no art.105, III, a, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 1.022, I, do NCPC, afirmando, em síntese, que há contradição quanto ao valor efetivamente pago pelo recorrido e aquele constante da Portaria Ministerial e nos documentos apresentados pelo próprio recorrido na fase de liquidação de sentença (e-STJ, fls.1.475/1.486)

Em juízo de admissibilidade, o TJDFT inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial (e-STJ, fls.1.492/1.493 e

# Superior Tribunal de Justiça

1.496/1.509).

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fl.1.513).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente agravo em recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

## (1) Da alegada contradição

Da leitura do acórdão do TJDFT, não se verifica quaisquer proposições inconciliáveis entre si ou entre os seus capítulos. Assim, inexistente qualquer vício de contradição, conforme se lê dos seguintes trechos:

*"A sentença exequenda determinou que a quantidade de ações a que teria direito o acionista tenha por base o valor patrimonial das ações vigente na data do pagamento integral do contrato.*

*Portanto, o valor integral do contrato corresponde ao valor total capitalizado pelo agravado, que, nos termos do documento de fls. 263-264, corresponde a CR\$ 8.437.752,77 e Cr\$ 6.129.424,17.*

*Acrescento que esses documentos foram apresentados pelo agravado na petição inicial. Assim, não há que cogitar em valor incontroverso e a incidência de valores diversos desses para a base de cálculo" (e-STJ, fl.1.338).*

Assim, a questão necessária à solução da lide foi devidamente analisada e fundamentada, não tendo o acórdão incorrido em contradição, tratando-se a presente insurgência de mera irresignação da parte com o resultado que lhe foi desfavorável.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/5/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER** do recurso especial e **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

